
Eduardo Brito do Nascimento Neto¹ | Jonas Benjamin Silva² | Pedro Lucas da Cruz de Oliveira³

MEDICALIZAÇÃO E PATOLOGIZAÇÃO DO SUJEITO ESCOLAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

MEDICALIZATION AND PATHOLOGIZATION OF THE SCHOOL SUBJECT: A SYSTEMATIC REVIEW

MEDICALIZACIÓN Y PATOLOGIZACIÓN DEL SUJETO ESCOLAR: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA

RESUMO

Introdução: A medicalização do comportamento humano é uma via de deslocamento comumente usada na resolução de questões comportamentais, entretanto, é ligada a um processo anterior relacionado a patologização de caracteres pessoais consideradas desregulares ou marginais segundo critérios não científicos, isto se apresenta também no contexto escolar, transferindo responsabilidades pedagógicas ao estudante e seu núcleo familiar. **Objetivo:** Proporcionar uma reflexão integrativa acerca das repercussões do discurso medicalizante e consequentemente patologização dos comportamentos envolvidos e esperados dos estudantes. **Metodologia:** Revisão bibliográfica baseada na utilização norteadora dos descritores em saúde: Medicalização (Medicalization); Aprendizagem (Learning) e Saúde Mental (Mental Health), além de referências bibliográficas vinculadas a bibliotecas virtuais de faculdades e universidades. **Conclusão:** A manutenção da patologização e medicalização favorece de maneira direta a maximização dos lucros da indústria farmacêutica e também desobriga as instituições de ensino a repensarem aspectos estruturais que afetam o processo de ensino-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE

Medicalização; Aprendizagem; Saúde Mental.

ABSTRACT

Introduction: The medicalization of human behavior is a commonly used way of solving behavioral issues, however, it is linked to a previous process related to the pathologization of personal characters considered irregular or marginal according to non-scientific criteria, this also presents itself in the school context, transferring pedagogical responsibilities to the student and his family nucleus. **Objective:** To provide an integrative reflection on the repercussions of the medicalizing and consequently pathologizing discourse on the behaviors involved and expected of students. **Methodology:** Bibliographic review based on the guiding use of health descriptors: Medicalization; Learning and Mental Health, in addition to bibliographic references linked to virtual libraries of colleges and universities. **Conclusion:** The maintenance of pathologization and medicalization directly favors the maximization of pharmaceutical industry profits and also forces educational institutions to rethink structural aspects that affect the teaching-learning process.

KEYWORDS

Medicalization; Learning; Mental Health.

RESUMEN

Introducción: La medicalización del comportamiento humano es una vía comúnmente utilizada para resolver problemas de conducta, sin embargo, está vinculada a un proceso previo relacionado con la patologización de caracteres personales considerados irregulares o marginales según criterios no científicos, que se presenta también en el contexto escolar, transfiriendo responsabilidades pedagógicas al alumno y a su familia. **Objetivo:** Aportar una reflexión integradora sobre las repercusiones del discurso medicalizador y consecuentemente patologizador en los comportamientos implicados y esperados de los alumnos. **Metodología:** Revisión bibliográfica basada en el uso orientador de los descriptores de salud: Medicalización; Aprendizaje y Salud Mental, así como referencias bibliográficas vinculadas a bibliotecas virtuales de colegios y universidades. **Conclusiones:** Mantener la patologización y la medicalización favorece directamente la maximización de beneficios de la industria farmacéutica y también obliga a las instituciones educativas a replantearse aspectos estructurales que afectan al proceso de enseñanza-aprendizaje.

PALABRAS-CLAVE

Medicalización; Aprendizaje; Salud Mental.

INTRODUÇÃO

A medicalização pode ser entendida enquanto um tema que se tornou basilar na discussão acerca do panorama atual da educação. Engloba o reducionismo biológico, as explicações sobre a situação e o destino de pessoas e grupos por meio de suas características individuais ligadas a uma personalidade única, ocultando elementos sociais, históricos, políticos e pedagógicos relevantes. A discussão dessa temática tem sido muito mais frequente em relação à Educação Básica, porém não deve ser reduzida a esse nível de ensino (Chagas; Pedroza, 2016).

A justificativa para a vigência da medicalização da sociedade é interposta pela chegada de diagnósticos principalmente no contexto educacional, os quais se afeem a eventos particulares, transformando-os em condições generalizantes de pertença legítima ao convívio diário, que corroboram a sua existência e estimulam o encontro de uma saída, uma cura para tais “problemáticas”, a cura viria pelo uso da medicação justamente (Alves; Brandão; Bacelar Júnior, 2021).

A lógica vigente é, em primeira análise, a que supõe a existência de um declínio das condições gerais de saúde, em especial da saúde mental, em contrapartida a uma melhoria acentuada no desenvolvimento tecnológico, em especial na fabricação, controle e distribuição de medicamentos, os quais estariam sendo aperfeiçoados e amplamente distribuídos a fim de servirem enquanto auxiliares, frentes de ação neste contexto. Ou seja, a medicação almejaria salvar o que o homem estaria perdendo: sua saúde física e mental. E garantiria, de pronto, a melhora imediata para aquilo que deteriora tão fácil e vertiginosamente (Scarin; Souza, 2020).

Segundo Barbosa e Leite (2020) através dos processos de patologização/medicalização, a criança ou o sujeito ao serem diagnosticados como desviantes ou marginais diante de um comportamento esperado e adequado, passam a constituir uma subjetividade, uma simbologia, e com isso o sujeito deixa de ser um indivíduo e passa a ter o rosto da patologia e essa se torna a única coisa que constitui seu eu. Ou seja, as características ligadas ao comportamento e a personalidade vão servir apenas para confirmar ou justificar uma “doença”, e com isso de certa forma, toda a complexidade que existe naquele ser humano é posta de lado, em face do reducionismo biológico.

Do mesmo modo, Corrêa (2010) contorna a discussão, centralizando a mesma no predomínio de uma lógica patologizante, imposta às crianças de classes sociais diversas, na qual o doente é tão somente o próprio infante, com pouca ou nenhuma responsabilização de outros entes. Não se incluem, para efeitos de um diagnóstico contextualizado, outros atores e grupos nos quais esta criança/adolescente está inserida. Comumente, os sintomas são vistos como desequilíbrios bioquímicos, tendo como base principal as concepções neurocientíficas que dominam o pensamento biomédico vigente.

De acordo com Melo *et al.* (2023) ao longo da história ocorreu uma construção dos conhecimentos científicos formulados em torno do binômio saúde doença. Logo, o saber médico científico se desenvolveu em uma posição de poder hegemônico alicerçado especialmente pelo saber filosófico e científico. Esse último lhe proporcionou o estabelecimento de normas acerca do conceito do que pode ser considerado saúde e doença. A partir desse alicerce conceitual, nasce a cultura da patologização e da medicalização, alcançando contornos crescentes que atravessam a contemporaneidade.

Portanto, diante das problemáticas devidamente levantadas, objetivou-se proporcionar uma reflexão integrativa acerca das repercussões do discurso medicalizante e consequentemente patologizador dos comportamentos envolvidos e esperados dos estudantes. Tendo em vista que o comportamento infantil não deve ser por si só patologizado, o olhar cerceador para caracteres até então normais é o cerne basilar da patologização aqui debatida.

Espera-se que um infante se desenvolva nos moldes de uma infância comum, com desafios, acertos, erros, vitórias, derrotas e sobretudo com aprendizado continuado nas variadas áreas de sua vida. Isto só se torna possível, portanto, com o olhar abrangente e não reducionista das personalidades individuais (mas contextualizadas) das crianças, adolescentes e consequentemente dos estudantes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Sob a ótica do que se propõe, uma revisão sistemática da literatura fornece a base para a pergunta norteadora e os métodos de pesquisa propostos. Normalmente, a revisão da literatura se restringe a estudos que são de fato relevantes para novos dados futuros, ou melhor dizendo, para a pesquisa proposta (Beya; Nicoll, 1998). De modo mais atualizado, Galvão e Ricarte (2020) definem que a revisão sistemática é uma molde de pesquisa, que possui protocolos específicos e busca fornecer alguma logicidade a um grande corpus documental ou bibliográfico debruçado sobre determinada temática. Sob outro prisma, a revisão sistemática é

um tipo de estudo lateral que condensa as evidências resultantes de outros estudos acerca de um tema norteador (Brasil, 2014). A presente pesquisa seguiu os seguintes procedimentos metodológicos: a) definição do tema proposto; b) delimitação do título; c) escolha dos descritores em saúde; d) pesquisa bibliográfica; e) depuração dos estudos escolhidos e posteriormente incluídos; f) apresentação argumentativa dos estudos finalmente incluídos após a análise sistêmica.

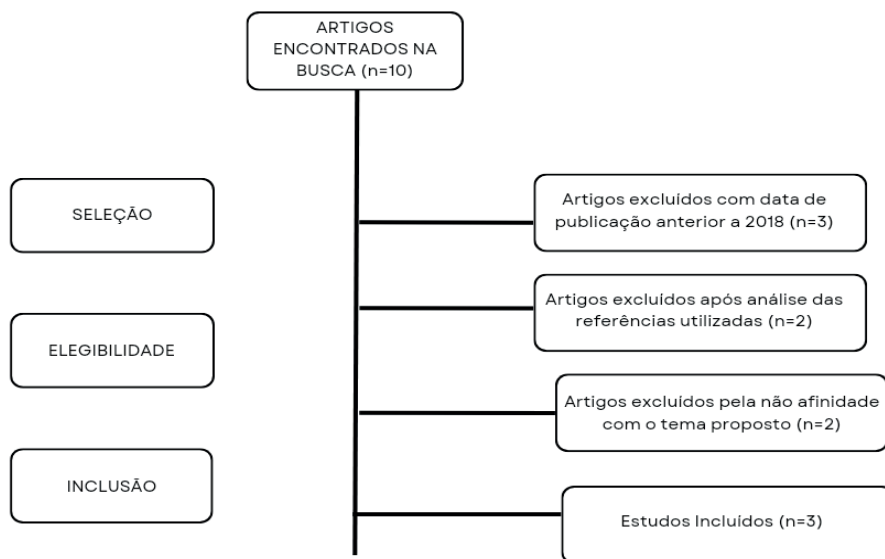
Em primeira análise, foi delimitado o tema proposto, a patologização do comportamento humano que resulta invariavelmente na medicalização exacerbada no contexto educacional, com a escolha posterior do título e descritores em saúde (Medicalização; Aprendizagem e Saúde Mental) que nortearam a pesquisa bibliográfica nas seguintes plataformas: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), Literatura Latino- americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Ademais, os critérios de inclusão foram: artigos científicos que tratam sobre patologização do comportamento humano e medicalização da vida não apenas no contexto educacional, além daqueles revisados por pares (double-blind peer review). Optou-se, portanto, em não incluir as teses, monografias e dissertações, além de produções técnicas, estudos parciais e pré-prints. O recorte temporal compreendeu o ano de 2017 a 2020, tendo como único idioma o português, tendo a seleção realizada por autores independentes no aplicativo Excel. Foi extraído ao final do processo descrito as informações pertinentes sobretudo aos resultados encontrados.

Assim sendo, as mesmas foram colocadas em bases preconizadas pela metodologia escolhida, tendo em vista que uma revisão sistemática é uma revisão de um questionamento formulado de forma didática, que utiliza métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar criteriosamente achados relevantes, além de coletar e analisar dados desses estudos que são incluídos na revisão (Harrad, 2015).

Em primeiro plano, foram encontrados 10 artigos nas plataformas consultadas. Após uma leitura prévia do material coletado, 3 produções foram desconsideradas por terem sido publicadas antes de 2018. Assim, 7 artigos permaneceram no escopo de inclusão, mais 2 artigos foram excluídos após a verificação das referências utilizadas, por fim 2 também foram desconsiderados pela não afinidade com o tema proposto. Levando então, 3 artigos a etapa final de inclusão. (ver figura 1).

Figura 1: Fluxograma demonstrativo acerca do processo de seleção e inclusão



Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho possui elevada significância na contribuição continua com a sociedade acadêmica e científica, além de conexões pertinentes com o público externo, uma vez que, se debruça sobre controvérsias em relação ao pragmatismo biomédico, que possui como base existencial a lógica diagnóstica patologizante dos comportamentos que produz diretamente o uso descriterioso e irrestrito de medicamentos em detrimento da saúde biopsicossocial dos indivíduos.

Estes caracteres, associados a outros, também, eliciam à reflexão sobre o olhar voltado para os indivíduos que no contexto atual da sociedade apresentam agruras para gerenciar suas questões pessoais, tornando-se frágeis ante a ausência de compreensão daquilo que de fato lhes afeta e aflige. Portanto, as tentadoras ofertas de fuga do enfrentamento por meio da substituição da sintomatologia por medicamentos que escondem a dor e imobilizam o sujeito de se desenvolver diante de situações conflitantes. Tais exposições se tornam ainda mais agravantes diante da impossibilidade decisória de infantes e adolescentes, que possuem seu destino terapêutico, isto é, as decisões sobre seu possível diagnóstico e tratamento, terceirizado aos responsáveis legais e a terceiros.

Nesse ínterim, justifica-se, pois, trazer à baila a discussão sobre a temática proposta acerca da patologização generalizadora de comportamentos humanos como justificativa pertinente para a viabilização econômica e processual da medicalização do sentir. Tem-se em vista os impactos sobre os diagnósticos e tratamentos que desencadeiam a medicalização da vida humana.

Se tem, portanto, três artigos incluídos de acordo com os critérios estabelecidos pelos autores, dois publicados em 2020 e um em 2019, em periódicos distintos e com metodologias diversificadas, como pode ser destacado na tabela 2, que caracteriza de modo detalhado as principais informações metodológicas de tais estudos. Os resultados obtidos variam, tendo em vista que dois estudos se concentram nas repercussões biopsicossociais da medicalização nas instituições de ensino, lendo estas enquanto recepcionadoras de estudantes, corpos atingidos diretamente pelos processos aqui mencionados.

Ademais, o terceiro estudo incluído versa sobre a expansão mercantilizada e predatória da indústria farmacêutica, tendo como base a regulamentação de preços dos medicamentos em solo brasileiro, salientando o caráter maximizador de lucros presente nas instituições privadas como um todo, principalmente.

Segundo Machado e Ferreira (2014) é pertinente destacar que a indústria farmacêutica possui novos contornos provenientes das transformações econômicas sucedidas no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, quando o foco econômico na produção industrial cedeu lugar ao saber científico. No mesmo sentido, Frazão e Minakawa (2018) relembram que as sociedades modernas têm atravessado, nos planos político, econômico, cultural e sobretudo social, independentemente dos seres que as compõem.

Tabela 1. Informações e características relevantes dos artigos incluídos na discussão

Autor e ano da publicação	Título do estudo	Nome do periódico	Objetivos	Resultados obtidos
Silva, Lais Fernandes; Tonus, Karla Paulino. (2020).	Patologização e medicalização da educação: concepções de professores e gestores do ensino fundamental I e II de escolas de um município paulista	Revista Macambira	Reflexão sobre o tema a partir do princípio de que os problemas da escola devem ser resolvidos com medidas educacionais.	A patologização dos problemas escolares é uma via recorrente de compreensão de tais problemas, tanto por professores como gestores e familiares.
Dias, Leticia Lucia dos Santos; Santos, Maria Angelica Borges dos; Pinto, Cláudia Du Bocage Santos. (2019).	Regulação contemporânea de preços de medicamentos no Brasil – uma análise crítica	Saúde Debate	Discutir as regras aplicadas a preços do setor farmacêutico no Brasil e suas implicações.	O modelo regulatório para preços nem sempre é favorável a consumidores e financiadores.
Pontes Junior, Claudio Sardinha; Lepre, Rita Melissa. (2020).	Os Problemas de Aprendizagem e a Patologização da Educação na Atualidade: Reflexões a Partir da Psicologia e da Educação	Colloquium Humanarum	Realizar considerações sobre os processos que estruturam a realidade educacional brasileira, pensando sobre as óbices de aprendizagem e o processo da patologização.	É alcançável incluir os elementos que compõem o cenário educacional, de maneira ampla, multifatorial e crítica.

Fonte: Formulado pelos autores (2023).

Embora estejam metodologicamente em polos distintos, tais estudos possuem alto grau de similaridade, tendo em vista que o diagnóstico empregado perpassa em primeira frente pela patologização do comportamento infantil, imbuindo a caracteres infantis alto grau de anormalidade e dissonância. O crescente número de medidas interventivas de caráter médico-pedagógicas, a partir da proliferação crescente de diagnósticos e prescrições de medicamentos, assume fundamental centralidade no cuidado com os infantes. A produção de diagnósticos e de terapêuticas ligadas a estes simplificam, generalizam e restringem os sofrimentos ocorridos na infância sob a marca de um quadro patológico, produzindo um número elevado de crianças sob a escolta do cuidado, e também da medicalização (Azevedo, 2018).

Sobre o deslocar de uma problemática compartilhada e não individualizada, Pizzinga e Vasquez (2018, p. 130) contribuem:

Mas, por outro lado, conferir um diagnóstico pode incidir na mesma falácia de reificação sobre a qual Gould já alertava ao falar das medidas de inteligência: o diagnóstico aparece como um problema individual, de origem biológica e genética, como se não houvesse influência do meio e como se o meio não pudesse modificar seus desdobramentos. A origem de um problema escolar ou de comportamento ganha sua explicação em uma abordagem médica e, nesse sentido, configurando uma doença, aponta para uma solução que será individual, novamente desconsiderando o coletivo em que o sujeito se insere.

Assim sendo, o fracasso escolar quanto aos seus objetivos pedagógicos, diretrizes curriculares e demais componentes são colocados em uma perspectiva secundária, pois as questões ligadas a dificuldades no processo de ensino-aprendizagem são colocadas sob a óptica individualista, tal individualidade está atrelada também ao pensamento biomédico, tendo em vista que a promoção desenfreada da saúde não contempla necessariamente o desvio e sim a ideação:

Já não se fala somente da obrigação da limpeza e da higiene para gozar de boa saúde, mas de fenômenos da vida cotidiana que entram no campo de ação do saber médico. As práticas médicas estão em todos os lugares, à medida que a saúde se torna um objeto de desejo e de lucro. Modificou-se a atenção da medicina novecentista com agentes patogênicos dos corpos segregados e confinados para o cultivo individual do corpo saudável, exaltado como um ideal. Houve um deslocamento do sonho higienista de isolar e erradicar a doença para um modelo de responsabilidade individual pela saúde. Esse deslocamento é exatamente do que trata o conceito de medicalização hoje (ZORZANELLI; CRUZ, 2018, p. 724).

Se a ideação da saúde coloca a mesma em uma prateleira de almejo, corpos e práticas que destoam do “normal” possuem a solução da sua problemática nos consultórios e não nas instituições de ensino, de lá a medicalização possui um fator de facilitação e auxílio ao dia a dia estudantil, assim sendo, o ensino necessita direta e indiretamente da medicalização para o manejo de jovens que trazem questões contemporâneas para a escola. Silva, Rodrigues e Mello (2018, p. 740) refletem:

Tratar a queixa escolar com diagnósticos e medicamentos que culpabilizam crianças e suas famílias é negligenciar um sistema educacional precário e os indicadores sociais que promovem desigualdades e violência. Cabe à psicologia problematizar com quais práticas educacionais está cooperando quando os profissionais recebem encaminhamentos que silenciam essas realidades e reproduzem um modelo biologizante, que tem na intervenção médica uma possibilidade de correção para os que denunciam a instituição escola como promotora de adoecimento.

É necessário que o processo de medicalização seja visto como o ponto auxiliar (posterior a patologização do comportamento e maximização dos lucros da indústria farmacêutica) para as análises contextualizadas dos alunos medicalizados, a fim de compreender os mecanismos pelos quais sentenças e saberes se impõem no dia a dia escolar, subtraindo, na maioria das vezes, discussões sobre outras variáveis que implicam nas diferenças de relações alunos-escola. Portanto, significa salientar que devemos enxergar a medicalização nos âmbitos escolares como algo a ser analisado na amplitude do processo, em vários contextos, a fim de discernir como é factível que tais elementos atrevessem a sociedade como um todo e se façam existentes também na escola (Mankse; Quadros, 2018).

Portanto, a manutenção dos processos continuados aqui percorridos possui relação direta com a falta de enfrentamento escolar das suas problemáticas, tendo em vista que “um dos eventos que contribuiu para o crescimento e a manutenção da medicalização de alunos(as) no ambiente escolar foi a atribuição de patologias ligadas ao fracasso escolar” (Resende; Lima, 2022, p. 3). No mesmo sentido, Calado, Campos e Ribeiro (2021, p. 3) relacionam diretamente a estabilidade de conjunturas danosas a integralidade da infância a educação e seus componentes:

A medicalização da educação compreende aspectos macrosociais que caracterizam a elaboração de políticas educacionais, a estruturação e organização de instituições escolares e a formação docente. Quando se trata das consequências nas práticas pedagógicas, como seu esvaziamento e a alienação dos professores, que acreditam que devem encaminhar esses alunos a especialistas em saúde e que nada podem fazer em prol de seu aprendizado, se trata da medicalização na educação. Os três processos relacionados à medicalização, da vida, da e na Educação estão interligados e possuem relação dialética entre si.

Os processos de aprendizagem são medicalizados quando comportamentos não-médicos são transformados em problemas de ordem biológica com alta centralidade no indivíduo, analisando a vida escolar pelo olhar da medicina e acoplando aspectos não adequados às diretrizes escolares a teóricas causas orgânicas, como se patologizar aqueles que o ensino não alcança fosse a única via para a educação (Santos; Toassa, 2021).

Logo, os resultados obtidos por intermédio dos estudos incluídos nos permite inferir que os processos de patologização e medicalização estão envoltos em um aspecto contínuo que compreende o não olhar do ente escolar para seus novos desafios, bem como a esquivas do lide com questões comportamentais dos discentes que são desafios para os docentes, patologizando o comportamento escolar.

Entretanto, o silêncio conveniente da educação para a escalada destes fenômenos que atravessam as barreiras escolares, contribui diretamente para a não diminuição das demandas produzidas por crianças supostamente envolvidas em um processo patológico. Por estar envolvida no dia a dia estudantil, a educação fornece os caminhos para a parte da análise aqui debatida, mas também pode contribuir significativamente para a regulação científica da patologização do comportamento, estando atenta a não inserção de caracteres comportamentais de estudantes nas caixas de anormalidade, como um processo automático.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o presente estudo cumpriu com o objetivo delimitado, sendo este proporcionar uma reflexão integrativa acerca das repercussões do discurso medicalizante e consequentemente patologizador dos comportamentos envolvidos e esperados dos estudantes. A análise dos três artigos incluídos após procedimento metodológico possibilitam a formulação do entendimento preliminar de que a patologização do comportamento humano, produz de maneira direta a medicalização em seu sentido desenfreado e não discriminado.

A manutenção de tais processos distintos favorece de maneira direta a maximização dos lucros da indústria farmacêutica e também desobriga as instituições de ensino a repensarem aspectos estruturais que afetam o processo de ensino aprendizagem, em ambos os casos, a problemática nunca é vista de maneira integrativa e ampliada.

Dessa forma, as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem são vistas enquanto fatores individuais que destoam do comportamento esperado e almejado no contexto educacional, a problemática nunca corresponde a estrutura e sim ao indivíduo que manifesta a sintomatologia, a causa passa a não ser analisada e as questões tendem a se manter. Sem vislumbrar processos sócio históricos, não há saída humanizadora para a contradição aqui debatida.

AGRADECIMENTOS

Somos gratos a Liga Interdisciplinar de Saúde Mental (LAISM) pelo incentivo contínuo à ciência e consequentemente à pesquisa, sendo responsável direta pelo fomento estrutural e metodológico do presente manuscrito, personificado pela Comissão de Pesquisa e também pela orientação institucional. Sem este suporte o caminho percorrido seria mais dificultoso que o habitual.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. C. C. A.; BRANDÃO, M. B. F.; BACELAR JÚNIOR, A. J. A MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE: REVISÃO INTEGRATIVA. **Mental**, Barbacena, v. 13, n. 24, p. 1-25, jul./dez. 2021.
- AZEVEDO, L. J. C. Medicalização das infâncias: entre os cuidados e os medicamentos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 451-458, 2018.
- BARBOSA, M. B.; LEITE, C. D. P. INFÂNCIA E PATOLOGIZAÇÃO: CONTORNOS SOBRE A QUESTÃO DA NÃO APRENDIZAGEM. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 24, p. 1-9, 2020.
- BEYA, S.; NICOLL, L. Writing an integrative review. **AORN Journal**, Denver, v. 67, n. 4, p. 877-880, 1998.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **DIRETRIZES METODOLÓGICAS**: Elaboração de revisão sistemática e metanálise de estudos de acurácia diagnóstica. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CALADO, V. A.; CAMPOS, H. R.; RIBEIRO, C. T. A medicalização na educação e a formação inicial do pedagogo. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 60, p. 1-23, e-24692, abr./jun. 2021.
- CHAGAS, J. C.; PEDROZA, R. L. S. Patologização e Medicalização da Educação Superior. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, p. 1-10, 2016.
- CORRÊA, A. R. M. Infância e patologização: crianças sob controle. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 97-106, 2010.
- DIAS, L. L. S.; SANTOS, M. A. B.; PINTO, C. D. B. S. **SAÚDE DEBATE**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 121, p. 543-558, ABR-JUN, 2019.
- FRAZÃO, P.; MINAKAWA, M. M. MEDICALIZAÇÃO, DESMEDICALIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMOCRACIA SOB O CAPITALISMO. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 2, p. 407-430, maio/ago. 2018.
- GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set.2019/fev. 2020.
- HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 24 n. 2, p. 335-342, jun. 2015.
- MANKSE, G. S.; QUADROS, D. C. R. MEDICALIZAÇÃO NA ESCOLA E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS INFANTIS. **Rev. Reflex**, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 2, p. 57-73, maio/ago 2018.
- MACHADO, L. V.; FERREIRA, R. R. A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E PSICANÁLISE DIANTE DA "EPIDEMIA DE DEPRESSÃO": RESPOSTAS POSSÍVEIS. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 135-144, jan./mar. 2014.
- MELO, C. C. Moura. et al. A PATOLOGIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO HUMANO COMO PRESSUPOSTO DA MEDICALIZAÇÃO DO SENTIR. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, Umuarama, v. 27, n. 5, p. 2904-2927, 2023.

PIZZINGA, V. H.; VASQUEZ, H. R. Reificação, inteligência e medicalização: formas históricas e atuais de classificação na escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 121-131, Janeiro/Abril de 2018.

PONTES JUNIOR, C. S. ; LEPRE, R. M. OS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM E A PATOLOGIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA E DA EDUCAÇÃO. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 17, p. 329-345 jan/dez 2020.

RESENDE, R. O; LIMA, R. R. FENÔMENO DA MEDICALIZAÇÃO NAS ESCOLAS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES(AS). **RPGE – Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, p. 1-16, jan./dez.2022.

SANTOS, G. S.; TOASSA, G. PRODUZINDO MEDICALIZAÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE ENCAMINHAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR À SAÚDE. **Psic. da Ed.**, São Paulo, n. 52, p. 54-63, 2021.

SCARIN, A. C. C. F.; SOUZA, M. P. R. MEDICALIZAÇÃO E PATOLOGIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS À PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 24, p. 1-8, 2020.

SILVA, C. M.; RODRIGUES, R. C.; MELLO, L. N. Medicalização da queixa escolar e o uso de psicofármacos como resposta à questões comportamentais. **Estud. pesqui. psicol**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 738-754, set./dez. 2018.

SILVA, L. F; TONUS, K. P. Patologização e medicalização da educação: concepções de professores e gestores do ensino fundamental I e II de escolas de um município paulista. **Revista Macambira**, Serrinha, v. 4, n. 2, p. 1-12, jul/dez 2020.

ZORZANELLI, R. T.; CRUZ, M. G. A. O conceito de medicalização em Michel Foucault na década de 1970. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 22, n. 66, p. 721-731, 2018.

1 Doutor em Psicanálise pela Faculdade Teológica e Cultural da Bahia (FATECBA) – nascimento.neto@ftc.edu.br. Autor principal do presente artigo.

2 Graduando em Odontologia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) – Jonasbenjamims@hotmail.com. Coautor do presente artigo.

3 Graduando em Psicologia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) – sennajackson2506@gmail.com. Coautor do presente artigo.

Recebido em: 21 de Agosto de 2024

Avaliado em: 16 de Março de 2025

Aceito em: 22 de Setembro de 2025



www.periodicos.uniftc.edu.br



Periódico licenciado com Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.